

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017
 (Valores expressos em R\$)

ATIVO	30/06/2017	A/V	31/12/2016	A/V	A/H
1.CIRCULANTE	40.894.401,47	59%	22.450.293,91	43%	82%
<i>Caixa e Equivalente de Caixa (nota 4)</i>	<i>12.219.662,62</i>	<i>17%</i>	<i>11.238.459,64</i>	<i>22%</i>	<i>9%</i>
<i>Contas Vinculadas (nota 5)</i>	<i>13.190.922,86</i>	<i>19%</i>	<i>2.374.458,69</i>	<i>5%</i>	<i>456%</i>
<i>Contas a receber (nota 6)</i>	<i>7.237.991,52</i>	<i>10%</i>	<i>1.598.470,17</i>	<i>3%</i>	<i>353%</i>
<i>Outros créditos</i>	<i>782.405,43</i>	<i>1%</i>	<i>1.052.701,74</i>	<i>2%</i>	<i>-26%</i>
<i>Transações do Sistema SEBRAE (nota 7)</i>	<i>6.038.180,57</i>	<i>9%</i>	<i>5.096.679,22</i>	<i>10%</i>	<i>18%</i>
<i>Transações com Convênios a Executar (nota 8)</i>	<i>1.425.238,47</i>	<i>2%</i>	<i>1.089.524,45</i>	<i>2%</i>	<i>31%</i>
2.NÃO CIRCULANTE	28.596.081,30	41%	29.719.065,71	57%	-4%
<i>Depósitos judiciais (nota 14)</i>	<i>46.709,28</i>	<i>0%</i>	<i>19.000,00</i>	<i>0%</i>	<i>146%</i>
<i>Contas a receber (nota 6)</i>	<i>0,00</i>	<i>0%</i>	<i>79.383,84</i>	<i>0%</i>	<i>-100%</i>
<i>Investimentos</i>	<i>47.855,45</i>	<i>0%</i>	<i>47.855,45</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Imobilizado (nota 9)</i>	<i>28.501.516,57</i>	<i>41%</i>	<i>29.572.826,42</i>	<i>57%</i>	<i>-4%</i>
TOTAL DO ATIVO	69.490.482,77	100%	52.169.359,62	100%	83%

NOTA: A/V - análise vertical

A/H - análise horizontal

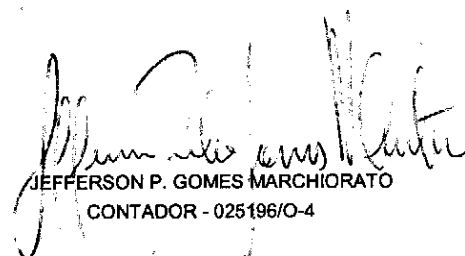
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SERGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA
DIRETOR


JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025196/O-4

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017
 (Valores expressos em R\$)

PASSIVO	30/06/2017	A/V	31/12/2016	A/V	A/H
1.CIRCULANTE	24.109.229,76	35%	15.831.670,96	30%	52%
<i>Contas a pagar</i>	638.670,43	1%	3.201.609,26	6%	-80%
<i>Obrigações com convênios e contratos (nota 12)</i>	266.199,08	0%	39.708,88	0%	570%
<i>Obrigações Trabalhistas (nota 13)</i>	4.148.470,90	6%	4.256.554,63	8%	-3%
<i>Obrigações Tributárias</i>	402.852,29	1%	512.855,24	1%	-21%
<i>Transações Sistema SEBRAE (nota 7)</i>	18.653.037,06	27%	7.820.942,95	15%	139%
2.NÃO CIRCULANTE	9.702.136,83	14%	12.236.935,40	23%	-21%
<i>Adiantamento Sebrae Nacional (nota 7)</i>	9.702.136,83	14%	12.236.935,40	23%	-21%
4.PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 15)	35.679.116,18	51%	24.100.753,26	46%	48%
4.1.RESULTADO SOCIAL	30.815.629,34	44%	19.237.266,42	37%	60%
<i>Patrimônio Social</i>	19.237.266,42	28%	16.437.148,04	32%	17%
<i>Superávit ou Déficit do Exercício</i>	11.578.362,92	17%	2.800.118,38	5%	313%
4.2.AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	4.863.486,84	7%	4.863.486,84	9%	0%
<i>Avaliações dos Ativos</i>	4.863.486,84	7%	4.863.486,84	9%	0%
TOTAL DO PASSIVO	69.490.482,77	100%	52.166.356,62	100%	33%

NOTA: A/V - análise vertical

A/H - análise horizontal

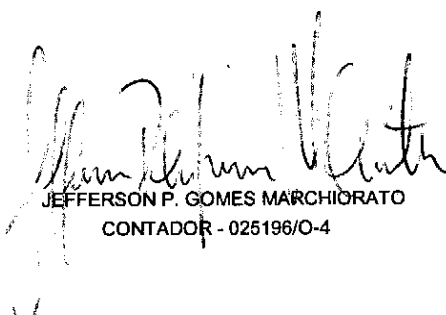
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA
DIRETOR


JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025196/O-4

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (janeiro a junho de 2017 em R\$)

DISCRIMINAÇÃO DAS CONTAS	jun/17	A/V	jun/16	A/V	A/H
RECEITAS OPERACIONAIS	62.157.914,06	100%	53.858.588,77	100%	15%
Contribuições Sociais (nota 16)	50.921.968,64	82%	45.451.528,00	84%	12%
<i>Programação ordinária</i>	36.752.165,64	59%	35.468.322,00	66%	4%
<i>Programação adicional</i>	14.169.803,00	23%	9.844.798,00	18%	44%
<i>Programação ordinária - saldo</i>	0,00	0%	138.408,00	0%	-100%
<i>CSO Viagens</i>	0,00	0%	0,00	0%	-
Receltas de Empresas Beneficiadas (nota 17)	11.211.147,83	18%	8.475.147,56	16%	32%
Subvenções e Auxílios Financeiros (nota 18)	22.684,79	0%	-133.196,66	0%	-117%
<i>Convênios com outras entidades</i>	22.684,79	0%	-1.169,51	0%	-2040%
<i>Convênios com SEBRAE Nacional</i>	0,00	0%	-132.027,15	0%	-100%
Outras Receitas Operacionais (nota 19)	2.112,80	0%	65.109,87	0%	-97%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	-50.997.306,05	82%	-48.993.665,85	91%	4%
Pessoal, Encargos e Benefícios (nota 20)	-15.763.633,86	25%	-15.394.371,28	29%	2%
Serviços Profissionais e Contratados (nota 21)	-27.927.827,72	45%	-26.896.879,35	50%	4%
Custos e Despesas de Operacionalização (nota 22)	-4.899.022,26	8%	-4.318.086,75	8%	13%
Despesas Tributárias	-428.806,97	1%	-539.853,76	1%	-21%
Despesa com Provisões	-514.503,41	1%	-477.206,09	2%	8%
Depreciação e Amortização do Exercício	-1.096.316,49	2%	-1.208.364,93	2%	-9%
Outras Despesas Operacionais	-367.195,34	1%	-158.903,69	0%	131%
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS (nota 24)	417.754,91	1%	872.631,40	1%	-52%
<i>Receitas Financeiras</i>	1.048.270,56	2%	1.533.247,78	3%	-32%
<i>Despesas financeiras</i>	-32.122,81	0%	-26.417,86	0%	22%
<i>Variação monetária líquida</i>	-598.392,84	-1%	-634.198,52	-1%	-6%
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	11.678.362,92	19%	5.737.564,32	11%	102%

NOTA: A/V - análise vertical
 A/H - análise horizontal

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

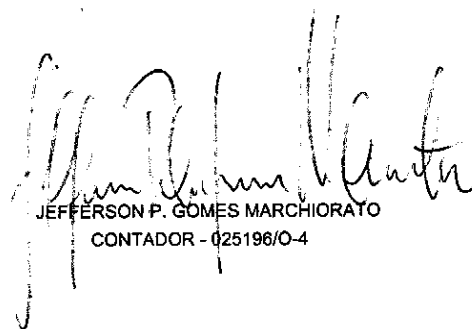
Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
 DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
 DIRETOR

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA
 DIRETOR

JEFFÉRSO P. GOMES MARCHIORATO
 CONTADOR - 025196/O-4



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Discriminação	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2016	R\$ 16.437.148,04	R\$ 2.800.118,38	R\$ 4.863.486,84	R\$ 24.100.753,26
Reclassificação do Superávit (Déficit) acumul.	R\$ 2.800.118,38	-R\$ 2.800.118,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Superávit ou Déficit do Exercício	R\$ 0,00	R\$ 11.578.362,92	R\$ 0,00	R\$ 11.578.362,92
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo em 30 de junho de 2017	R\$ 19.237.266,42	R\$ 11.578.362,92	R\$ 4.863.486,84	R\$ 35.679.116,18

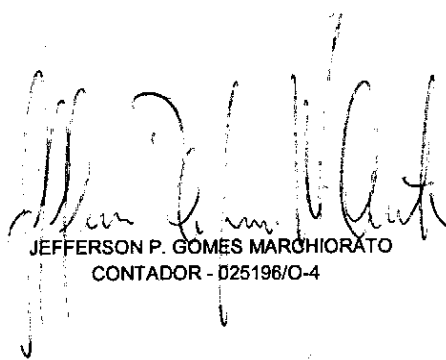
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANAËLETO ÂNGELO ORTIGARA
DIRETOR


JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025198/O-4

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA ACUMULADO - INDIRETO

DISCRIMINAÇÃO	JUNHO/17 R\$	JUNHO/16 R\$
SALDO INICIAL DISPONÍVEL	11.238.460	18.402.088
Contribuição Social Ordinária e Recursos Próprios	11.238.460	18.402.088
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Contábil Financeiro	13.334.496	7.580.118
Superávit (Déficit) Contábil	11.578.363	5.737.554
Despesas de Depreciação/Amortização do Permanente	1.096.316	1.208.365
Juros Provisionados sobre Financiamentos	598.393	634.199
Baixa de Imobilizado	61.423	-
Aumento e/ou Diminuição do Ativo	(17.411.230)	(13.278.972)
Aumento do Contas a Receber	(5.560.138)	(4.047.460)
Aumento de Contas Vinculadas	(10.816.464)	(9.683.335)
Aumento de Transação do Sistema SEBRAE	(941.501)	644.929
Aumento de Transações com Convênios a Executar	(335.714)	(444.953)
Diminuição de Outros Créditos	270.296	259.847
Aumento de Depósitos Judiciais	(27.709)	(8.000)
Aumento e/ou Diminuição do Passivo	7.843.909	232.723
Diminuição das Obrigações Tributárias	(110.003)	(301.638)
Aumento da Obrigação com Convênios e Contratos	226.490	16.258
Diminuição do Contas a Pagar	(2.562.939)	(6.524.093)
Diminuição das Obrigações sobre a Folha de Pagamento	(108.084)	(1.528.641)
Transações Sistema SEBRAE	10.398.444	8.570.837
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.767.174	(5.466.131)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de Bens Permanentes	(86.430)	(1.616.792)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(86.430)	(1.616.792)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento Programa de Desligamento Incentivado	-	-
Adiantamento Licenças de Uso de Software	-	-
Adiantamento Reforma Sede Rio Branco	-	2.200.000
Pagamento de Empréstimos Sebrae Nacional	(2.699.541)	(2.005.477)
Pagamento de Empréstimos Terceiros	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.699.541)	194.523
AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	981.202	(6.888.403)
SALDO FINAL DISPONÍVEL	12.219.662	11.513.685
Contribuição Social Ordinária e Recursos Próprios	12.219.662	11.513.685

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

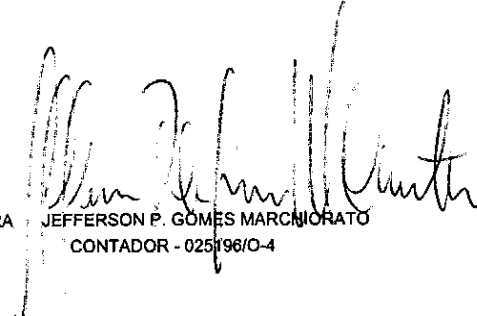
Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA
DIRETOR

JEFFERSON P. GOMES MARCINORATO
CONTADOR - 025196/O-4



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Período: Janeiro a Junho de 2017		Balança Orçamentário - Sebrae/SC					R\$ mil	
Receitas	Execução Período Anterior (e)	Ano Atual		Despesas	Execução Período Anterior (e)	Ano Atual		Δ % (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)			Previsão Original (b)	Execução (c)	
			% (c/b)			% (c/b)		
Receitas Correntes	55.392	131.162	48,2	Despesas Correntes	47.913	126.228	39,4	103,7
Contribuição Social Ordinária-CSO	35.607	73.811	49,8	Despesas de Capital	15.394	35.591	44,3	102,4
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	9.845	43.341	32,7	Despesas / Outros	26.897	79.734	35,0	103,8
Convênios (Parcelas + Sebrae/NA)	-133	0	-	Investimentos / Outros	4.318	8.976	54,6	113,5
Aplicações Financeiras	1.533	1.000	104,8	Amortização de Empréstimos	566	715	64,5	81,4
Empresas Beneficiadas	8.475	13.010	86,2	Fundo de Reserva	738	1.212	52,6	86,3
Outras Receitas	65	0	-	Superávit Corrente	7.479	13.517	44,0	77,5
Déficit Corrente				Despesas de Capital	3.630	6.394	19,7	7,0
Receitas de Capital	2.200	0	0	Investimentos / Outros	1.625	580	46,4	134,7
Alienação de Bens	0	0	-	Amortização de Empréstimos	2.005	5.814	29,0	145,3
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	2.200	0	0	Superávit Total	51.543	136.162	38,6	101,9
Saldo de Exercícios Anteriores		5.000		Total Geral	57.592	136.162	46,4	109,7
Receitas Totais	57.592	136.162	46,4					
Déficit Total								
Total Geral	57.592	136.162	46,4		57.592	136.162	46,4	109,7

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA.
DIRETOR

(Assinatura)
JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025196/O-4

Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas
Empresas de Santa
Catarina SEBRAE/SC

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de Junho de 2017**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.515.859/0001-06, é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à rodovia SC 401, Km 1, lote 2, bairro João Paulo, cidade de Florianópolis.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SC constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Santa Catarina, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SC recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

1. Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC
2. Banco do Brasil S.A.
3. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
4. Caixa Econômica Federal - CAIXA
5. Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI
6. Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC
7. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC
8. Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC
9. Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL

10. Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina - FECOMÉRCIO
11. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC
12. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS
13. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
14. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DR-SC
15. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

O SEBRAE/SC é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias - Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº9), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº22).

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 10 de junho de 2017.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº22), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6) e revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 12) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 21).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão descritos a seguir:

(i) *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº21).

(ii) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº22).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 12).

(iv) Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 1,47% a 33%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

3 Principais práticas contábeis

A entidade aplica as políticas contábeis de forma consistente com todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, a menos quando divulgado de forma diversa.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	jun/17	dez/16
Caixa e bancos (i)	157.404	880.846
Aplicações Financeiras (ii)	<u>12.062.259</u>	<u>10.357.613</u>
	<u>12.219.663</u>	<u>11.238.460</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017, se encontra a seguir descrita:

	jun/17	dez/16
Caixa	17.741	14.297
Banco do Brasil	113.802	801.698
Caixa Econômica Federal	20.849	59.612
SICOOB	<u>5.012</u>	<u>5.239</u>
	<u>157.404</u>	<u>880.846</u>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo

	Modalidade do fundo	jun/17	dez/16
Banco do Brasil	Renda Fixa	16.753.654	2.655.965
Caixa Econômica Federal	Renda Fixa	7.956.557	9.951.133
Movimentação CSN		<u>(12.647.952)</u>	<u>(2.249.485)</u>
		<u>12.062.259</u>	<u>10.357.613</u>

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

	jun/17	dez/16
Contas correntes vinculadas	-31	33.702
Aplicações financeiras vinculadas	543.002	91.271
CSN Movimentação	<u>12.647.952</u>	<u>2.249.485</u>
	<u>13.190.923</u>	<u>2.374.459</u>

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2017*

Segue abertura por bancos:

	jun/17	dez/16
Banco do Brasil	542.971	124.974
Caixa Econômica Federal	0	0
Movimentação CSN	<u>12.647.952</u>	<u>2.249.485</u>
	<u>13.190.923</u>	<u>2.374.459</u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SC, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03(R1).

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SC. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 11.

6 Contas a receber

	jun/17	dez/16
Clientes	9.665.542	3.387.246
Cheques a apresentar	68.897	50.911
Cheques devolvidos	34.593	33.036
Cartão de crédito	413.884	445.080
(-) Serviços a executar	(1.872.082)	(1.641.121)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.072.842)</u>	<u>(676.681)</u>
	<u>7.237.992</u>	<u>1.598.470</u>
Circulante	7.237.992	1.598.470
Não circulante	-	79.384

A rubrica de serviços a executar registra as obrigações para com terceiros, decorrentes dos compromissos assumidos na execução de convênios. A variação do saldo da rubrica é justificado por planos de ações operacionais, e historicamente os saldos se realizam no decorrer do período corrente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ano vencimento	Valor	Serviços a executar	Base de cálculo	Percentual	Provisão
até junho 2015	45.683,29	-	45.683	100%	(45.683)
até junho 2016	231.498,25	-	231.498	80%	(185.199)
até junho 2017	1.252.900,17	-	1.252.900	40%	(501.160)
2017	<u>8.135.459,99</u>	<u>(1.872.082)</u>	<u>6.263.378</u>	5%	<u>(313.169)</u>
	9.665.542	(1.872.082)	7.793.459		(1.045.211)
Cheques					
A apresentar	68.897	-	68.897	15%	(10.335)
Devolvidos	<u>34.593</u>	<u>-</u>	<u>34.593</u>	50%	<u>(17.297)</u>
	103.490	-	103.490		(27.632)
Cartão de crédito					
Cartão de Crédito	<u>413.884</u>	<u>-</u>	<u>413.884</u>	-	<u>-</u>
	413.884	-	413.884		-
Total	<u>10.182.916</u>	<u>(1.872.082)</u>	<u>8.310.833</u>		<u>(1.072.842)</u>

7 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2017*

Ativo	jun/17	dez/16
Contribuição social adicional a receber CSN (ii)	438.893	906.397
Contribuição social ordinária a receber CSO (i)	5.599.288	4.190.282
CSN viagens a receber	-	-
Total	<u><u>6.038.181</u></u>	<u><u>5.096.679</u></u>

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2020 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE. Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.
- (ii) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacional - CSN", os repasses são vinculados a projeto/ação para a aplicação dos recursos.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Passivo	jun/17	dez/16
Financiamento SEBRAE/NA	15.707.222	17.808.393
CSO antecipada	-	-
Contribuição social nacional	<u>12.647.952</u>	<u>2.249.485</u>
Total circulante	18.653.037	7.820.943
Total não circulante	9.702.137	12.236.935

(i) Financiamento SEBRAE/NA

Em novembro de 2009, foi assinado contrato de financiamento nº 207/2009 com o Sebrae Nacional, contrato este substituído pelo contrato 104/2011, no montante de R\$11.350.000 (onze milhões e trezentos e cinquenta mil reais), o qual possui o seguinte cronograma de reembolso:

- 1ª parcela: R\$3.500.000 (três milhões e quinhentos mil reais) já liberada em janeiro de 2010.
- 2ª parcela: R\$1.107.893 (um milhão cento e sete mil oitocentos e noventa e três reais) liberada em novembro de 2011.
- 3ª parcela: R\$2.864.105 (dois milhões oitocentos e sessenta e quatro mil cento e cinco reais) liberada em novembro de 2011.
- 4ª parcela: R\$3.878.002 (três milhões oitocentos e setenta e oito mil e dois reais) liberada em setembro de 2012.

O referido empréstimo possui, ainda, as seguintes características: a) carência de seis meses após a data estipulada para liberação da última parcela; b) prazo de 96 meses, com prestações mensais sucessivas e c) indexado pela taxa de juros a longo prazo (TJLP).

Até o mês de junho de 2017 o Sebrae/SC pagou cinquenta e três parcelas do contrato, no valor total de R\$8.086.525,51.

No dia 14 de maio de 2012 foi firmado o contrato nº 116/2012 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 3.800.000 a título de empréstimo para revitalização dos espaços e da estrutura organizacional do nova sede do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 48 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Em relação a esse contrato, o Sebrae/SC pagou quarenta e oito parcelas até o mês de junho de 2016, quitando o saldo devedor do contrato.

No dia 29 de junho de 2015 foi firmado o contrato nº 320/2015 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 7.465.467 em 3 parcelas iguais a título de empréstimo para realização do Programa de Readequação Organizacional do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 30 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sendo a primeira parcela para o mês de fevereiro de 2016.

No mês de março de 2016, o Sebrae/SC solicitou ao Sebrae Nacional a não retenção de parcelas do empréstimo até o final de 2016, visto a necessidade de aplicar tais valores em projetos em razão da redução orçamentária de 2015 para 2016. O Sebrae Nacional autorizou o procedimento, sendo as parcelas restantes serão acrescidas ao final do contrato. Até o mês de junho de 2016 foi paga apenas 6 (seis) parcelas no valor total de R\$ 1.636.642,05.

No dia 18 de dezembro de 2015 foi firmado o contrato nº 617/2015 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 2.200.000 em 2 parcelas iguais a título de empréstimo para execução da Reforma do Edifício do Empreendedor do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 72 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Até o momento o Sebrae/SC pagou 7 (sete) parcelas no total de R\$ 227.918,65.

- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/SC e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	jun/17	01/01 a 30/06/2016
Contribuição social ordinária	36.752.166	35.468.322
Contribuição social ordinária - saldo	-	138.408
Contribuição social adicional	14.169.803	9.844.798
CSO ressarcimento de despesas	-	-
	<u>50.921.969</u>	<u>45.451.528</u>

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	jun/17	jun/16
Honorários	867.585	1.096.690
Encargos sociais	273.472	259.806
Custo de aposentadoria de contribuição definida	30.501	44.368
Outros gastos	48.048	42.446
	<u>1.219.606</u>	<u>1.443.310</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 22.

8 Convênios a executar

O saldo da conta transações convênios a executar é composto pelos valores adiantados aos partícipes executores através de convênios, cujo executor ainda não efetuou prestação de contas ao Sebrae/SC.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2015 e 30 de junho de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

Entidade	Convênio	jun/16	dez/16
FAEPESUL	020/06	92.006	92.006
FURB	002/17	45.413	-
Univile	003/17	46.009	-
Univale	004/17	50.000	-
Colégio Panambi	016/07	252.256	252.256
FETEP	011/16	98.164	87.117
Inaitec	007/16	50.048	99.675
UNIDAVI	010/16	53.525	53.525
FUNDESTE	009/16	45.522	100.000
FURJ	008/16	116.745	16.845
ACATE	004/16	94.821	30.000
Junior Achievement	001/16	-	18.610
GaranteOeste	004/15	149.491	149.491
Fundação Univale	012/16	99.900	100.000
Certi/Celta	003/16	100.619	30.000
Softville	005/16	100.720	30.000
Gene Blumenau	006/16	30.000	30.000
		<u>1.425.239</u>	<u>1.089.524</u>

9 Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017:

	Taxa anual de depreciação	jun/17	dez/16
Terrenos	-	2.493.000	2.493.000
Edificações	1,47% a 2,00%	20.552.847	20.552.847
Veículos	33%	1.843.387	1.919.556
Equipamentos de informática	20%	3.531.980	4.196.013
Móveis e utensílios	10%	4.114.676	4.936.697
Instalações	10%	3.618.515	4.092.305
Máquinas e equipamentos	10%	1.055.005	1.328.154
Obras de arte	-	27.587	27.587
		<u>37.236.997</u>	<u>39.546.160</u>
Depreciação acumulada		<u>(8.735.480)</u>	<u>(9.973.333)</u>
		<u>28.501.517</u>	<u>29.572.827</u>

Abaixo segue a movimentação ocorrida em 2017:

	dez/16	Aquisições	Baixas	jun/17
Terrenos	2.493.000	-	-	2.493.000
Edificações	20.552.847	-	-	20.552.847
Veículos	1.919.556	-	76.168	1.843.387
Equipamentos de informática	4.196.013	86.000	750.033	3.531.980
Móveis e utensílios	4.936.697	-	822.022	4.114.676
Instalações	4.092.305	-	473.790	3.618.515
Máquinas e equipamentos	1.328.154	430	273.580	1.055.005
Obras de arte	27.587	-	-	27.587
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
	<u>39.546.160</u>	<u>86.430</u>	<u>2.395.593</u>	<u>37.236.998</u>

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e está totalmente empregado nas atividades da Entidade no Brasil.

10 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Convênio	Vigência	Documento que aprovou o projeto	jun/17	dez/16
Prefeitura Municipal de Palhoça	31/12/2017	012/15	18.837	19.307
Prefeitura Municipal de Porto Belo	29/12/2016	016/16	-	6.899
Convênio Renner	10/07/2018	002/17	210.806	-
Convênio Ufo Way	25/09/2018	017/16	<u>36.557</u>	<u>13.503</u>
			<u>266.199</u>	<u>39.709</u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

11 Obrigações sobre a folha de pagamento

	jun/17	dez/16
Remunerações a pagar	-	-
INSS a recolher	444.126	455.195
FGTS a recolher	121.873	184.529
Contribuição Sindical	-	-
Provisão de 13º salário	753.836	-
Provisão de encargos sobre 13º salário	244.997	-
Provisão de férias (i)	1.949.916	2.729.683
Provisão de encargos sobre férias (i)	<u>633.723</u>	<u>887.147</u>
	<u>4.148.471</u>	<u>4.256.555</u>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e forma constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

12 Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2017, no entendimento de seus assessores jurídicos, as causas e os montantes considerados como possíveis de perda, são como segue:

	Número de ações	Valores atuais (R\$)
Causas cíveis	2	46.709
Causas tributárias	<u>3</u>	<u>4.074.847</u>
	<u>5</u>	<u>4.121.556</u>

Das causas tributárias classificadas como possível de perda, a principal no montante de R\$4.074.847 refere-se ao processo nº 5000309-87.2011.404.7214, que trata da exigibilidade das contribuições patronais (inclusive as rubricas de terceiros) cujas bases de cálculo sejam incidentes sobre as verbas pagas a título de: a) adicionais de periculosidade e de insalubridade; b) adicional noturno; c) adicional de hora-extra; d) férias; e) 13º salário; f) salário maternidade; e g) horas-extras. Caso o Sebrae SC venha a perder a referida ação, é entendimento da Administração que o Sebrae Nacional será o responsável pelo pagamento da ação, haja vista que, é entendimento por parte do sistema Sebrae que essa tributação não é devida, assim os

valores não são contemplados no orçamento anual.

13 Patrimônio líquido

	jun/17	dez/16
Superávit acumulado	19.237.266	16.437.148
Superávit / deficit do exercício	11.578.363	2.800.118
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>4.863.487</u>	<u>4.863.487</u>
	<u>35.679.116</u>	<u>24.100.753</u>

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo que este será realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Patrimônio social

Refere-se aos resultados acumulados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

14 Receitas com contribuição social

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Contribuição social ordinária	18.347.625	36.752.166	19.506.929	35.468.322
Contribuição social ordinária - saldo	-	-	76.121	138.408
Contribuição social adicional	8.415.532	14.169.803	8.836.270	9.844.798
CSO Ressarcimento Despesas	-	-	-	-
	<u>26.763.157</u>	<u>50.921.969</u>	<u>28.419.320</u>	<u>45.451.528</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/SC para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/SC (IN.37.15).

15 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SC.

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Receitas de convênios com parceiros	19.935	22.685	176	(1.170)
Convênios com o Sebrae Nacional	-	-	-	(132.027)
	<u>19.935</u>	<u>22.685</u>	<u>176</u>	<u>(133.197)</u>

16 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Treinamento	238.374	309.961	25.368	2.163.901
Consultoria	6.104.291	10.901.186	5.213.183	6.311.247
	<u>6.342.665</u>	<u>11.211.148</u>	<u>5.238.551</u>	<u>8.475.148</u>

17 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Salários e proventos	4.320.947	8.040.374	4.399.632	7.660.278
13º salário	387.342	764.570	402.185	765.592
Férias	428.476	712.468	493.324	1.141.543
Indenizações Trabalhistas	127.809	129.301	8.236	28.803
Encargos trabalhistas	1.607.174	3.321.236	1.707.589	3.063.846
Benefícios	1.392.614	2.795.684	1.400.605	2.734.309
	<u>8.264.363</u>	<u>15.763.634</u>	<u>8.411.571</u>	<u>15.394.371</u>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

18 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais sobre serviços prestados.

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Instrutoria e consultoria	11.442.432	21.264.856	15.601.075	20.786.690
Serviços técnicos especializados	1.798.119	2.969.398	1.750.992	2.963.933
Manutenção, segurança e limpeza	600.284	1.166.647	765.317	1.460.272
Demais serviços contratados	1.638.558	2.494.159	1.234.635	1.892.308
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	16.401	32.767	14.656	29.697
	<u>15.495.794</u>	<u>27.927.828</u>	<u>19.366.675</u>	<u>27.132.900</u>

19 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Despesas de viagens	511.876	666.940	182.495	327.345
Passagens, transportes e locomoção	347.354	454.689	311.266	407.402
Aluguéis e encargos	427.360	795.982	525.916	1.062.964
Divulgação, anúncios, publicidades e propaganda	777.439	1.303.247	558.047	744.227
Serviços gráficos e reprográficos	373.384	504.508	165.341	238.875
Serviços de comunicação	156.585	288.872	183.707	299.700
Material de consumo	212.754	356.072	201.285	299.192
Outros	248.020	528.713	436.658	733.548
	<u>3.054.773</u>	<u>4.899.022</u>	<u>2.564.715</u>	<u>4.113.253</u>

20 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2017.

	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016
Rendimentos Recursos Ordinários	587.497	1.034.978	866.982	1.523.279
Outras receitas financeiras	8.271	13.292	4.584	9.969
	<u>595.769</u>	<u>1.048.271</u>	<u>871.566</u>	<u>1.533.248</u>
Variações monetárias Passivas	(280.617)	(598.393)	(314.542)	(634.199)
Despesas Financeiras	(16.423)	(32.123)	(16.764)	(26.417)
	<u>(297.041)</u>	<u>(630.516)</u>	<u>(331.306)</u>	<u>(660.616)</u>

21 Benefícios a empregados pós-emprego

a. Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.i (ii), o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Contribuições	jun/17	jun/16
Participantes	657.901	666.512
Básica	393.173	408.306
Serviço passado	51.964	55.991
Voluntária	212.764	202.215
Patrocinador	403.225	418.581
Básica	393.173	408.306
Benefício de risco	10.052	10.275

22 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente

das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal ou SICCOOB. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	jun/17		Dez/16	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	12.219.663	12.219.663	11.238.460	11.238.460
Numerários vinculados a projetos e convênios	13.190.923	13.190.923	2.374.459	2.374.459
Contas a receber	7.237.992	7.237.992	1.598.470	1.598.470
Outros créditos	782.405	782.405	1.052.702	1.052.702
Créditos com o Sistema SEBRAE	6.038.181	6.038.181	5.096.679	5.096.679
	<u>39.469.164</u>	<u>39.469.164</u>	<u>21.360.770</u>	<u>21.360.770</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2017*

	jun/17		dez/16	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Contas a pagar a fornecedores	638.670	638.670	3.201.609	3.201.609
Obrigações com convênios e contratos	266.199	266.199	39.709	39.709
Obrigações sobre a folha de pagamento	4.148.471	4.148.471	4.256.555	4.256.555
Obrigações tributárias	402.852	402.852	512.855	512.855
Obrigações com o Sistema Sebrae	28.355.174	28.355.174	20.057.878	20.057.878
	<u>33.811.366</u>	<u>33.811.366</u>	<u>28.068.606</u>	<u>28.068.606</u>

Em 30 de junho 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou SICOOB. Conforme comentado na Nota Explicativa nº4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/SC desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas TJLP. A Entidade estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, a taxa TJLP será de 7,00%. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Moeda	Taxa jun/17	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
			Δ 25%	Δ 50%
TJLP	7,00%	7,00%	8,75%	10,50%

Passivo	Indexador	Saldo jun/17	Ganho (Perda)		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Financiamento Sebrae/NA	TJLP	15.707.222	1.099.506	1.374.382	1.649.258

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 30 de junho de 2017:

	Nota	Nível	jun/17	dez/16
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	12.219.663	11.238.460
Numerários vinculados a projetos e convênios	5	1	13.190.923	2.374.459